

**RESUMO DA MESA REDONDA:
RORAIMA EM PERSPECTIVA: DESAFIOS
AMBIENTAIS PRESENTES E FUTUROS**

DSc. Paulo Eduardo Barni¹

DSc. Jaime de Agostinho²

DSc. Claudio Travassos Delicato³

MSc. Ciro Campos de Souza⁴

¹ Professor do curso de Engenharia Florestal da Universidade Estadual de Roraima – UERR, *Campus Rorainópolis* – Roraima. E-mail: paulinpa2007@gmail.com

² Professor do curso de Geografia da Universidade Federal de Roraima – UFRR, Boa Vista – Roraima. E-mail: jaimeagostinho@hotmail.com

³ Professor do curso de Sociologia da Universidade Estadual de Roraima – UERR, *Campus Rorainópolis* – Roraima. E-mail: claudiotravassosdelicato@bol.com.br

⁴ Coordenador do Projeto Cruviana do Instituto Socioambiental (ISA), Boa Vista – Roraima. E-mail: ciro@socioambiental.org

COORDENADOR DA MESA REDONDA:

DSc. Paulo Eduardo Barni

Aconteceu: 12 de novembro de 2015, das 8:00 às 12:30 horas, no Auditório da UERR / RORAINÓPOLIS.

A proposta dessa mesa redonda foi de propiciar um debate de ideias sobre os principais temas relacionados à conservação, preservação e destruição dos recursos ambientais (fauna, flora, água, solo, etc.) do Estado de Roraima, por fatores antrópicos e naturais. Muitos desses temas são intimamente relacionados entre si e que, frequentemente, se apresentam de forma fragmentada e com sobreposições que dificultam o seu entendimento, mesmo para profissionais da

área ambiental. A partir da confrontação de ideias e de diferentes perspectivas, no final dos debates ou discussões, emergiu um quadro ambiental mais claro e menos desmistificado para o Estado de Roraima, cujo produto foi utilizado como subsídio para a publicação desse artigo científico.

APRESENTAÇÃO DOS PALESTRANTES:

DSc. PAULO EDUARDO BARNI

Engenheiro Florestal, graduado na Universidade Federal do Amazonas - UFAM/Manaus (2007). cursou o Mestrado em Ciências de Florestas Tropicais - CFT, INPA/Manaus (2009). Possui doutorado em CLIMA e AMBIENTE pelo INPA e Universidade Estadual do Amazonas - UEA (2014). Seu interesse em pesquisa inclui modelagem ambiental e climática, com ênfase no comportamento do fogo florestal de sub-bosque, queimadas, simulações de desmatamento, recuperação de áreas degradadas, biomassa de capoeiras, estocagem e emissões de carbono florestal para a atmosfera.

DSc. JAIME DE AGOSTINHO

Graduado e Licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo (1970), Doutor em Ciências (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2001). É professor associado III da Universidade Federal de Roraima. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Análise Regional, atuando principalmente nos seguintes **temas:** Meio Ambiente, Gestão de Recursos Hídricos, Planejamento Urbano e Regional, Sensoriamento Remoto, Geoprocessamento, Controle Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Gestão Ambiental e Roraima. É Presidente da Fundação para o Ecodesenvolvimento da Amazônia – ECOAMAZONIA.

DSc. CLAUDIO TRAVASSOS DELICATO

Doutor em Ciências Sociais, Linha de Pesquisa: Cultura, Identidade e Memória, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP-Marília (2011), mestre em Ciências Sociais pela UNESP-Marília (2004), graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Londrina UEL, graduado em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) e Filosofia (Licenciatura) pela UNESP-Marília. Membro do Grupo de Pesquisa CNPq Cultura e Gênero - UNESP/ Marília e LIEG- Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero;- UNESP/ Marília. Professor de Sociologia - UERR- Universidade Estadual de Roraima. Membro do Grupo de Pesquisa em Agricultura Tropical da Universidade Estadual de Roraima - UERR Campus Rorainópolis, - Linha de Pesquisa: Agricultura Familiar e Relações de Gênero; Coordenador do Nucleo de Estudos e Pesquisas em Teoria do Estado - NEPTE.

MSc. CIRO CAMPOS DE SOUZA

Possui graduação em Biologia pela Universidade Federal do Pará (1995), especialização em Produção Familiar Rural e Ciências Sociais pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (1998) e mestrado em Ecologia pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA/MANAUS (2003). Atualmente trabalha no Instituto Socioambiental (ISA) e coordena o Projeto Cruviana: estudo de energias alternativas na Terra Indígena Raposa do Sol - Região das Serras.

RESUMO DAS PALESTRAS

O primeiro palestrante, Engenheiro Florestal

e Professor Paulo Barni (UERR), coordenador da mesa redonda, apresentou resultados de quatro cenários futuros de desmatamento e emissões de GEE (CO₂, CH₄, N₂O) simulados para o Estado de Roraima de 2011 a 2050. A linguagem utilizando cenários futuros faz parte de ferramentas modernas e adequadas para reportar estimativas de desmatamento e emissões de GEE, por exemplo, por apresentarem resultados quali-quantitativos e serem de fácil compreensão para o público leigo (estudantes de graduação e pós-graduação) e tomadores de decisão. A modelagem é uma tentativa de mimetizar, de forma bastante simples, processos reais altamente complexos e de difícil representação. Por exemplo, na construção dos quatro cenários de desmatamento através da simulação utilizou-se como base o período observado de 2000 a 2010 e variáveis de uso da terra, fitofisionômicas, geopolíticas (mapas) e socioeconômicas (tabelas), distintas por zonas climáticas de Roraima. Esta apresentação serviu como ponto de partida e balizador para as discussões propostas pela mesa redonda que seria de discutir os principais problemas relacionados ao uso do solo e ao meio ambiente no Estado de Roraima.

Os quatro cenários futuros foram simulados a partir de dois modelos distintos: **Modelo I**: dois cenários (um Business As Usual Intermediário – BAU-*i* e outro de Governança - GOV) considerando a hipótese da reabertura e asfaltamento da BR-319, que liga Porto Velho-RO a Manaus-AM, em 2016 (pressupõe a conexão de Roraima ao arco do desmatamento e reinauguração de um novo ciclo de migração e ocupação desordenada da terra no Estado) e; **Modelo II**: dois cenários (um Business As Usual – BAU e outro de Governança - GOV) considerando as taxas de crescimento da agropecuária observadas no Estado de 2000 a 2010 e que é baseada na destruição da floresta. Os modelos simularam aplicação (GOV) ou não aplicação (BAU) de políticas públicas por parte do governo local para a contenção do desmatamento e

emissões de GEE para a atmosfera em Roraima de 2011-2050. O estudo concluiu que o crescimento contínuo das atividades agropecuárias num período grande de tempo pode ser ainda mais danoso ao meio ambiente (simulado pelo **Modelo II**) do que a reabertura e o asfaltamento da BR-319 seguido de medidas de governança para conter o avanço do desmatamento no Estado (simulado pelo **Modelo I**).

O segundo palestrante, o Geógrafo e Professor Jaime de Agostinho (UFRR), fez uma análise histórica e abrangente das tentativas de se desenvolver e implantar o Zoneamento Econômico Ecológico – ZEE no Estado. Sendo coordenador do primeiro ZEE, o professor Jaime se tornou um profundo conhecedor dos entraves burocráticos e dos problemas ambientais de Roraima. Em sua palestra fez uma retrospectiva mostrando, ao longo dos anos, os avanços e retrocessos nos processos de elaboração e tentativas de implantação do ZEE por parte do governo estadual.

Devido ao atual ZEE estar em discussão e parado na assembleia legislativa após ter sido recommçado diversas vezes pelo Estado durante estes últimos 20 anos e ainda não teve a sua conclusão, o palestrante concluiu que faltam disposição e vontade política por parte do governo e do conjunto da sociedade roraimense como um todo para enfrentar os interesses particulares e partidários, principais fontes de resistência para a sua aprovação. Salientou que o desenvolvimento pleno do Estado passa, obrigatoriamente, pela aprovação e implementação do ZEE, influenciando diretamente na passagem das terras da União para o Estado e a titulação das terras de Roraima.

Na terceira palestra o Sociólogo e Professor Claudio Travassos Delicato (UERR) expos, de forma didática, um breve histórico sobre os ciclos de migração para Roraima. Iniciou o seu relato descrevendo o processo histórico de formação do Estado de Roraima desde a colonização do território pelos Portugueses e sua disputa com Espanhóis e

Inglese pela posse da terra até aos dias atuais.

Contou que a colonização de Roraima no tempo do Império foi feita ou executada exclusivamente através da criação de fazendas reais para o abastecimento de carne bovina a cidade de Manaus. Nessa época Roraima ainda pertencia ao Amazonas. Na época da república e a transformação de Roraima em território Federal, a colonização e a migração foram marcadas pelos ciclos da borracha (início do século XX), a criação de colônias de agricultores (1940 e 1950) nos arredores de Boa Vista e em Mucajaí e pela exploração de garimpos de ouro e diamantes (anos 80 e 90). Nos dias atuais (a partir da década de 1970 e fazendo sobreposição ao garimpo) os ciclos de migração para o Estado são dirigidos pela criação de Projetos de Assentamento – PAs a partir das políticas de ocupação da Amazônia inaugurada pelos governos militares quando Roraima ainda era um território federal. O professor lembrou que os próprios governos do Estado também criaram PAs para atrair migrantes pobres, principalmente, do nordeste brasileiro, sendo, em sua grande maioria, provindos do Estado do Maranhão.

Na quarta e última palestra o representante do Instituto Sócio Ambiental – ISA/RR, MSc. Ciro Campos, atuante defensor da causa indígena no Estado, demonstrou em sua fala que a tese, defendida por uma pequena parcela da sociedade e, principalmente, por políticos representantes do agronegócio e pecuaristas, de que “Terras Indígenas – TI e Unidades de Conservação - UC servem de empecilho para o crescimento e desenvolvimento de Roraima”, não passa de uma falácia. O palestrante mostrou, como exemplo, que a demarcação da TI Raposa Serra do Sol resultou em perda de apenas 1,7% na arrecadação do Estado de Roraima e que este valor, de acordo com seus argumentos, não seria relevante para justificar o não desenvolvimento do Estado.

O palestrante salientou ainda que a atual

“onda” conservacionista representada pela sinalização, por parte da Assembleia Legislativa do Estado, de aprovação da criação de várias UC estaduais propostas e em fase de demarcação não vão resultar na prática, em aumento da área conservada, uma vez que isso vai permitir que em Roraima se possa desmatar até 50% da área de uso. Esta hipótese se baseia no artigo 12 do Novo Código Florestal, que diz que em estados da Amazônia em que o seu território possui mais de 65% de Áreas Protegidas poderia se desmatar até 50% das áreas de mata nos lotes e propriedades rurais..

Questionamentos e Conclusão

Os principais questionamentos feitos pela platéia a partir das apresentações se resumiram quanto à validade e / ou alcance do desmatamento preconizado pelos cenários futuros, a situação da morosidade em se aprovar o ZEE e à preocupação quanto à licença para se desmatar mais em Roraima com a aprovação da criação de UCs propostas no Estado.

Em relação à “validade” ou alcance dos cenários futuros o palestrante Paulo Barni afirmou que estes se prestam justamente como instrumentos para a provocação de discussões por parte de leigos e também para a tomada ou não de decisões por parte de gestores públicos. No entanto, apesar dos cenários futuros serem construídos a partir de técnicas cientificamente comprovadas e altamente sofisticadas baseadas em dados observacionais, estes não seriam “bolas de cristal”, sendo meras simplificações grosseiras do mundo real. Portanto, sempre serão dependentes do bom senso das pessoas envolvidas nos processos de tomadas de decisão para o bom êxito de sua aplicação, advertiu.

Quanto à morosidade na aprovação do ZEE e diante do anúncio por parte do governo do Estado de novos estudos para terminar o processo de aprovação até meados do ano de 2016, o professor

Jaime de Agostinho “previu” a continuação da mesma “novela” e disse não acreditar na aprovação do documento na data estipulada pelo governo.

Em relação à mudança na legislação para Roraima e do provável crescimento das taxas de desmatamento por conta do aumento das áreas protegidas no Estado o representante do ISA observou que primeiro se deveria tomar medidas de prevenção, como a regularização fundiária, para aumentar a presença do Estado no meio rural. Também deveriam ser propostos estudos para se estimar quanto isto iria custar para o Estado em termos de aumento no desmatamento e nas emissões de GEE para a atmosfera, por exemplo, e diante do esforço do Brasil para a redução das suas emissões.